

Campanha Antipetrolero "Nem um poço a mais!" — Desmascarando a Farsa do Desenvolvimento

O marketing corporativo e a propaganda dos governos municipais e estaduais tentam blindar a indústria petrolero vendendo ilusões de progresso. Abaixo, confrontamos as 10 principais mentiras com a realidade concreta dos territórios de Maricá, Saquarema, Macaé, Campos e São João da Barra.

Mentira 1 "A indústria do petróleo gera milhares de empregos locais para a população."

A Realidade: A indústria petrolero (especialmente refinarias, terminais e plataformas) é altamente automatizada e intensiva em capital, não em mão de obra. As vagas técnicas e bem pagas são preenchidas por trabalhadores altamente qualificados importados de outras regiões. Para a população local empobrecida de Macaé ou São João da Barra, restam apenas os subempregos temporários e precários da construção civil durante as obras de instalação, seguidos por desemprego crônico e inchaço das periferias assim que os complexos entram em operação.

Mentira 2 "Os portos industriais trazem desenvolvimento para todas as comunidades do entorno."

A Realidade: Megaportos privados, como o Porto do Açu (São João da Barra), funcionam como enclaves econômicos voltados exclusivamente para a exportação de commodities e importação de insumos industriais. Eles realizam o cercamento e a privatização de praias e do mar aberto, destroem os ecossistemas costeiros e expulsam comunidades pesqueiras e camponesas tradicionais de seus territórios históricos de trabalho e subsistência.

Mentira 3 "Os bilhões de reais em royalties eliminam a pobreza e melhoram a infraestrutura urbana."

A Realidade: Cidades como Saquarema e Maricá ostentam PIBs per capita que figuram entre os maiores do Brasil apenas como uma ficção estatística baseada no valor do óleo extraído. Na vida real, os orçamentos bilionários são desviados para subsidiar a infraestrutura logística das próprias petroleras (vias de escoamento, acessos e incentivos fiscais), enquanto a periferia e distritos vulneráveis continuam sem o básico: saneamento, água potável, moradia.

Mentira 4 "O gás natural e as termelétricas são energias limpas de transição."

A Realidade: O gás natural é um combustível fóssil que emite grandes volumes de gases de efeito estufa. Em Macaé, o forte avanço das usinas termelétricas movidas a gás acelera a crise climática e promove um estresse hídrico severo. Grandes complexos industriais disputam de forma predatória e prioritária o uso da água doce da Bacia do Rio Macaé para o resfriamento de suas turbinas, prejudicando o abastecimento humano e silenciando a sociedade nos comitês de bacia.

Mentira 5 "Os dutos e os terminais de armazenamento são seguros e não perturbam a vida local."

A Realidade: A instalação de malhas de gasodutos e oleodutos rasga biomas sensíveis, destrói solos agrícolas e cria "zonas de exclusão" onde as comunidades tradicionais e os pequenos agricultores perdem o direito de plantar ou transitar livremente. O risco iminente de vazamentos químicos e a poluição crônica invisível geram pânico e desvalorizam as terras da agricultura familiar.

Mentira 6 "As empresas petroleras compensam seus impactos com projetos sociais e ambientais."

A Realidade: Os projetos de "responsabilidade social corporativa" funcionam como ferramentas de coerção econômica e silenciamento. Eles distribuem migalhas (pequenas reformas, cursos de curta duração ou doação de materiais) para fragmentar e fragilizar a organização política das comunidades atingidas, mascarando o fato de que a destruição definitiva da soberania alimentar através da poluição dos mares e das lagoas (como a Lagoa Feia e a Lagoa de Saquarema) não pode ser mitigada ou paga com ações assistencialistas.

Mentira 7 "A riqueza do petróleo reduz a violência ao trazer mais policiamento e câmeras."

A Realidade: O inchaço demográfico desordenado e a atração de grandes contingentes de mão de obra masculina solteira para os canteiros de obras de refinarias, portos e gasodutos desestruturam gravemente o tecido social das cidades médias e pequenas. Os indicadores de segurança pública revelam um aumento severo nas taxas de abusos sexuais, exploração de vulneráveis e, especificamente, episódios graves de violência doméstica e feminicídios nas regiões sob forte impacto da infraestrutura petrolífera, enquanto as redes públicas de acolhimento às mulheres permanecem sem orçamento.

Mentira 8 "O desenvolvimento petrolífero melhora os hospitais e a saúde pública com novos recursos."

A Realidade: Populações que vivem nas rotas de dutos, refinarias ou portos sofrem com a poluição química do ar e da água, registrando picos de doenças respiratórias, alergias e incidências de câncer. O dinheiro dos royalties não é revertido em atendimento especializado: o SUS local dessas regiões é historicamente subfinanciado e carece de exames toxicológicos e clínicos específicos para detectar contaminações crônicas por metais pesados e hidrocarbonetos, mascarando o adoecimento da população para proteger as corporações.

Mentira 9 "Os grandes empreendimentos promovem o crescimento do comércio popular local."

A Realidade: A injeção maciça de capital petrolífero provoca uma violenta inflação local, encarecendo drasticamente o preço dos alimentos, dos aluguéis e do custo de vida básico. Esse processo sufoca e fecha pequenos comércios tradicionais de rua e empurra os moradores de baixa renda das áreas centrais (como o centro de Maricá e Saquarema) para periferias distantes e sem serviços públicos, destruindo as economias populares e solidárias locais.

Mentira 10 "Não existe alternativa econômica; o Rio de Janeiro quebraria sem o Pré-Sal."

A Realidade: A dependência extrema do petróleo amarra os municípios à volatilidade de uma economia petrolífera predatória, destruindo alternativas viáveis e sustentáveis de longo prazo. O caminho real e seguro exige enfrentar a gigantesca desigualdade social, e a despetrolização da vida, que passa pelo fortalecimento da pesca artesanal, da agroecologia familiar, pela justiça energética — onde a produção e a distribuição de energia sejam feitas de forma descentralizada e equitativa, sob o controle popular e para as necessidades reais das comunidades, e não para o lucro de acionistas.